

FÁBRICAS RECUPERADAS NA AMÉRICA LATINA E ALÉM: uma questão para hoje e amanhã?¹

José Brendan Macdonald*
Maurício Sardá de Faria**

RESUMO

Fora da América Latina a tomada de fábricas pelos trabalhadores é um fenômeno ainda raro hoje nos albores do século XXI. Ela ocorre em países desenvolvidos como o Canadá e a França como também em países periféricos como o Egito e a Servia como tática de pressionar o capital por vantagens, mas geralmente sem a intenção de promover uma apropriação duradoura. Este último intuito, porém, ocorre na América Latina desde os anos 1980, pelo menos. Trata-se de processos que acarretam inúmeras dificuldades, como a inadequação da legislação e a relativa hostilidade da justiça. E ocorrem geralmente devido à herança de dívidas patronais, de equipamentos semi-obsoletos e a dificuldades para a obtenção de crédito. Mas também se evidenciam vantagens como a melhoria das condições de trabalho, o fortalecimento da auto-estima dos trabalhadores e outras. Pode-se, atualmente, especular sobre o possível contágio do resto do mundo pelo fenômeno latino-americano das fábricas recuperadas, já que a recessão encetada em 2008 dificilmente deixará alternativas de sobrevivência aos trabalhadores que por ela serão vitimados. Abre-se, portanto, uma renovação para as lutas sociais dos trabalhadores no interior das unidades produtivas e, por isso, vetor potencialmente importante para o horizonte para além do capital.

Palavras-Chave: Fábricas ocupadas. Fábricas recuperadas. Crise econômica

1 INTRODUÇÃO

Embora não seja totalmente novo o fenômeno da tomada de empresas pelos trabalhadores (quase sempre fábricas) no mundo da modernidade capitalista², é só em alguns países da América Latina que a ocupação de unidades produtivas vem se apresentando de forma duradoura. Desde os anos 1980 e mais intensamente a partir dos anos 2000, inúmeras experiências de fábricas ocupadas e recuperadas pelos seus trabalhadores vêm inscrevendo uma modalidade nova de luta contra o desemprego e a exclusão social. O propósito deste artigo é retratar o fenômeno hoje tanto fora da

¹ Este artigo é a versão melhorada de um trabalho apresentado no V Encontro Internacional de Economia Política e Direitos Humanos em Buenos Aires em setembro de 2011.

* Sociólogo e Doutor em História. Professor Aposentado da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Coordenador da Incubadora de Empreendimentos Populares – INCUBES/UFPB, João Pessoa, Paraíba, Brasil. Email: jobremac@gmail.com

** Administrador e Doutor em Sociologia Política, Professor do Depto. de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Coordenador da Incubadora de Empreendimentos Solidários, INCUBES/UFPB, João Pessoa, Paraíba, Brasil. Email: mausarda@hotmail.com.

² Temos pelo menos um século deste fenômeno. Ver, Ness, Immanuel e Azzellini, Dario (organizadores), *Ours to master and to own*, Chicago: Haymarket Books, 2011. Uma edição em espanhol está iminente.

América Latina como dentro dela. No primeiro desses dois locais se trata de ocupações não permanentes de fábricas, mas no segundo há o fenômeno de ocupações que não raro se tornam permanentes.

Por limitação de espaço, vamos nos limitar a alguns estudos de caso, realizados em alguns países desenvolvidos e outros subdesenvolvidos fora da América Latina. Em seguida, no caso da América Latina diremos algo sobre a situação de três países que apresentam a maior densidade de experiências, embora entre si bastante diferenciadas: Brasil, Argentina e Venezuela. Trataremos mais especificamente das chamadas fábricas “recuperadas”, isto é, fábricas onde os trabalhadores, na ausência de capitalistas, já conseguem conduzir a produção, e que foram ocupadas em termos realmente ou pretensamente definitivos pelos trabalhadores, e que por eles estão sendo governadas na ausência dos antigos proprietários dos meios de produção. O selo do êxito de tais casos é, claro, sua legalização conquistada a duras penas, quando isto ocorre.

A ocupação de latifúndios por trabalhadores rurais é um fenômeno semelhante, pois se trata também da intenção de trabalhadores diretos de transformar essas áreas em propriedades suas e administrá-las autogestionariamente. Essas ocupações podem forçar, com grau maior ou menor de êxito, garantias prometidas por reformas agrárias na América Latina e outras áreas periféricas do mundo. Porém, nem este fenômeno, nem tampouco a ocupação de outras empresas não industriais, são objeto deste estudo.

2 O FENÔMENO FORA DA AMÉRICA LATINA

Fora da América Latina há vários registros neste século de fábricas tomadas pelos trabalhadores. Porém, até onde sabemos, tal movimento se deu sempre por períodos limitados e sem o claro intento de tomar conta da produção como novos proprietários.³

Em vários desses casos, a fábrica é tomada após a falência e inevitavelmente os trabalhadores sentem a necessidade de defender seus direitos para não caírem no desemprego e na pobreza. Exemplo disso é o caso da Waterford Crystal, empresa de várias centenas de trabalhadores na cidade de Waterford na República da Irlanda, com

³ Conhecemos apenas duas exceções. Uma delas é a da fábrica recuperada A Dignidade Volta, de material de cama e banho, em Bancoc, Tailândia, cuja ocupação começou em 2002. Não sabemos se essa experiência continua em pé hoje, mas pelo menos até 2006 a recuperação pelos trabalhadores ainda continuava, graças em parte a um certo apoio do exterior. Ver “Templer, Bill, “Dignity Returns”, 16.01.2007, acessível em <http://mrzine.monthlyreview.org/templer1060107.html>. Quanto à outra, a veremos mais adiante.

um século e meio de existência no ramo de castiçais e outros produtos luxuosos e semi-luxuosos de cristal e vidro. Em princípios de 2009 os trabalhadores souberam da notícia do fato consumado da falência da empresa e sua entrega aos cuidados de um síndico. Irados pela falta de consulta e diálogo dos ex-patrões e da justiça, boa parte dos trabalhadores ocuparam a fábrica. A população de Waterford mostrou sua solidariedade e muitos lojistas fecharam suas lojas temporariamente. Foi até lançada uma campanha chamada “Save Waterford Crystal” (SOS Waterford Crystal) na rede Facebook.

Aos 27 de março a WC foi vendida a uma empresa norte-americana. Não temos notícia sobre quantas demissões houve nem sobre o pagamento de indenizações devidas a trabalhadores demitidos.⁴

Outro caso de ocupação para salvar empregos ou pelo menos indenizações adequadas se manifestou primeiro em princípios de 2009 na Visteon no Reino Unido, empresa especializada em peças de automóveis. A empresa tem três fábricas: em Belfast, Londres e Basildon. Simultaneamente, a gerência avisou seus 600 trabalhadores distribuídos pelas três fábricas que todos estavam demitidos. Os trabalhadores discordaram do valor alegado das indenizações, já que nove anos antes, quando a Ford vendeu as fábricas para um grupo de empresários, foram avisados que ficariam inalteradas todas as condições de trabalho. Em Belfast os trabalhadores se recusaram a desocupar o local. Esta decisão contagiou os das duas outras fábricas. Em Belfast a ocupação durou 37 dias, e apenas sete em Londres. Em Londres vários ex-empregados da Visteon e populares deixaram alimentos com os ocupantes da fábrica. Houve uma campanha para informar a opinião pública e a ameaça de fazer piquete em várias fábricas da Ford no país. Ao serem terminadas todas as ocupações, conseguiram indenizações equivalentes às da Ford originalmente prometidas, mas as aposentadorias foram concedidas em termos menos favoráveis.⁵

O caso seguinte, ocorrido no Canadá, é outro exemplo de tomada de fábrica:

Em fins de março de 2007 trabalhadores da fábrica de peças de automóveis Collins e Aikman em Scarborough na província de Ontário ocuparam seu local de trabalho. A Collins e Aikman

⁴ “Waterford Crystal: ‘We’re occupying this plant to save our jobs’”, www.indymedia.org.uk/en/2009/2, acessado aos 4.4.2010 e “Waterford Crystal, Wikipedia English, acessado aos 6.7.2011. Foram consultados alguns outros breves noticiários na Internet também.

⁵ “Visteon Factory Occupations” em <http://ianbone.wordpress.com>, 2 de abril de 2009; Gall, Gregor, “Resisting Recession and Redundancy: Contemporary Worker Occupations in Britain”, *Working USA – The Journal of Labor and Society*, March 2010, vol. 3, no. 1, p. 113-114

anunciara que fechava a produção na fábrica e demitia todos os trabalhadores. Ao mesmo tempo a gerência informou os trabalhadores que a empresa ia reter as indenizações e não honrar condições prévias de contrato. O movimento de ocupação para tomar e segurar a fábrica surgiu espontaneamente. Com menos de 48 horas de ocupação greves de solidariedade em mais duas fábricas do outro lado da província e trabalhadores dos correios locais se recusavam a percorrer seus itinerários de entregas. Como reação a empresa rapidamente cedeu às exigências de indenizações dos trabalhadores. A ocupação da Collins e Aikman deu um exemplo significativo de ação direta bem sucedida de exigências dos trabalhadores sobre acordos de indenizações.⁶

Mas além de casos deste tipo ocorridos recentemente nos países desenvolvidos alguns dos quais acabamos de relatar, o fenômeno ocorre também em países periféricos fora da América Latina. Por necessidade de economia de espaço, nos limitamos a dois casos ocorridos no Egito, outro na Indonésia e ainda outro na Sérvia.

A situação da Companhia Tijolaria Árabe logo fora dos limites do Cairo é um exemplo. Em abril de 2007 uns 200 trabalhadores deflagraram uma greve lá. Os proprietários tinham colocado um aviso nos portões informando que a fábrica estava fechada. Os trabalhadores colocaram pôsteres apelando por ajuda e acamparam do lado de fora da fábrica. Esposas e parentes traziam refeições. Os operários disseram que a fábrica ia ser leiloada a especuladores com imóveis e não a fabricantes de tijolos. Queriam indenizações.⁷

Exemplo mais recente de ocupações de fábrica no país é uma situação onde no ambiente da onda da chamada primavera árabe têm ocorrido greves e várias ocupações de fábrica também. Um exemplo deste último caso é o que começou recentemente na Companhia Industrial Torah Egípcia de Amido e Glicose, a qual foi privatizada em março de 2004 em benefício de um kuitiano e seu grupo Americana⁸ a um preço ponderavelmente inferior ao real valor do preço de mercado, uma prática comum em muitos países. Muitos dos seus operários, sofrendo de perigosas condições de trabalho estão doentes com câncer, doença cardíaca, diabete, deficiência mental, etc. Em abril de 2010 os trabalhadores começaram a perceber que a fábrica estava sendo desmantelada aos poucos ao contrário da alegação da gerência de que ela estava sendo fechada

⁶ Shantz, Jeffrey “Factory occupations in Ontario, Canada: Rebuilding infrastructures of resistance”, p.135, *Working USA*, vol. 13, no. 1, March 2010.

⁷ Williams, Daniel, “Egypt’s Mubarak Confronted by Strikes and Factory Occupations”, *Bloomberg*, 23 de maio de 2007. Não obtivemos mais informações que essas. Mas dado o caráter autoritário do governo naquele tempo, é improvável que a ocupação do lado de fora da fábrica tenha tido um êxito significativo.

⁸ Este foi chamado erroneamente de “Maricana group” (grupo Maricana) pela fonte do *The Real News* citada na nota seguinte.

temporariamente. Foi feita a oferta miserável de cerca do equivalente de 100 dólares como indenização. Em princípios de fevereiro de 2011 os trabalhadores iniciaram a ocupação da fábrica. A ocupação ainda ocorria em maio (e possivelmente quando escrevemos estas linhas em julho de 2011) e seu resultado é ou será algo mais positivo, supomos, do que provavelmente tenha sido o do caso anterior, dados os novos desdobramentos históricos no país.⁹

Em 2007 surge o caso da Fábrica Magnoliatana Istana, uma fábrica têxtil localizada em Jakarta do Norte, Indonésia. Produtora de roupas para grandes marcas, como Gap e Adidas, a empresa anunciou o fechamento da fábrica e demissão dos 900 trabalhadores, em grande parte mulheres. Para o sindicato tratava-se de uma tentativa de aprofundamento da precarização do trabalho, através da demissão dos trabalhadores permanentes da fábrica, que eram a metade da força de trabalho, e a substituição por trabalhadores com contratos temporários. Além de não aceitar a proposta dos patrões, o sindicato resolveu ocupar as instalações e retomar a produção. Segundo um dirigente sindical, “nós recusamos a deixar a administração fazer o que queria e, então, quando fecharam a fábrica, decidimos ficar e ocupar a fábrica.”¹⁰

A Sérvia, nascida como resultado da dissolução da antiga Iugoslávia, é mais um exemplo de países da Europa oriental cuja economia encolheu com o recomeço do capitalismo em fins do século XX.

Veio um período de políticas neoliberais a partir de uma lei de 1989. Aos trabalhadores das fábricas – as quais nos dias da federação iugoslava tinham sido autogeridas – cabia decidir se queriam que suas fábricas fossem privatizadas e então que fossem vendidas algumas das ações. Uma lei de 2001 revelou um neoliberalismo mais radical. Uma nova classe de magnatas surgiu e se interessou pela especulação imobiliária para garantir-se ganhos financeiros fáceis ao invés de uma promoção da industrialização do país em si.

A história da Jugoremedija, uma fábrica de drogas, a partir de fins do século XX há de ser compreendida à luz de tudo isso. Umás fábricas foram parcialmente privatizadas por uma lei de 1997. Em 2002 o Estado vendeu 42% da Jugoremedija a um certo Jovica Stefanovic, que, através de planos secretos conseguiu comprar a maior

⁹ “Inspired by Revolution, Egyptians occupy factory”, *The Real News*, 1 de maio de 2011; “Growing Wave of Strikes in Egypt”, *World Socialist Web Site*, www.wsws.org, 5 de maio de 2011.

¹⁰ - Ver, a esse respeito, <http://socialismohoje.wordpress.com/2009/12/21/indonesia-ocupacao/>, acessado em 9 de dezembro de 2011.

parte das ações. Os trabalhadores protestaram e ocuparam a fábrica, e a luta continuou por mais alguns anos. Finalmente, argumentando que Stefanovic não tinha cumprido sua parte do contrato, a agência estatal encarregada de privatizações, pôs um fim ao contrato. Ela então lançou 42% das ações da Jugoremedija ao mercado. Os trabalhadores temeram que alguns de seus colegas e outros pequenos acionistas vendessem suas ações. Assim, o controle operário e a autogestão se tornariam inviáveis. Preocupados com uma fonte de sua sobrevivência, vários trabalhadores começaram a construir uma nova fábrica para salvar seus empregos. Mas o caso ainda não está resolvido porque o Estado sérvio, que vem sendo notoriamente liberal com magnatas como Stefanovic, está com vontade de vender Jugoremedija não só por causa do dinheiro que ganharia, mas também porque quer eliminar “a autogestão de trabalhadores mascarados.” É claro que ele teme que a Jugoremedija inspire outros trabalhadores do país a seguir o exemplo dela.¹¹

Os casos aqui citados são exemplos de fábricas ocupadas pelos trabalhadores como pressão contra demissões ou no mínimo demissões sem compensações adequadas. A opinião pública no seu entorno geográfico tende a ser favorável aos trabalhadores como evidencia a solidariedade dos vizinhos. Em alguns casos os trabalhadores nutrem a esperança de que outro grupo de capitalistas do mesmo ramo compre a fábrica cuja situação financeira é precária e assim eles teriam mais chance de manter os seus empregos. Em todos os casos citados os trabalhadores não tiveram o intento de “recuperar” a fábrica, isto é, de tomar conta dela e lutar pela eventual legalização disso. Mesmo no caso da exceção citada, na Tailândia, a decisão dos trabalhadores de governar a fábrica ocorreu só depois de algum tempo.

3 O FENÔMENO NA AMÉRICA LATINA: AS FÁBRICAS RECUPERADAS

Na América Latina a partir dos anos 1990 a ousadia dos trabalhadores quanto a um comportamento que lhes salve os postos de trabalho e a sobrevivência é mais intensa do que em outras latitudes. Isso lembra o governo de fábricas pelos trabalhadores russos durante a guerra civil de 1917-21, e na Espanha em 1936-39 para citarmos só esses exemplos. Mas, claro, com a diferença de que não se está literalmente

¹¹ Carta de Kathrin Jurkat para José Brendan Macdonald. 3 de julho de 2011; Ivan Zlatic, “Brifing Zrenjanin”, mimeo, Belgrado, 24 November 2008.

em guerra. São todos casos de fábricas recuperadas e não apenas ocupadas por tempo pretensamente limitado.

No Brasil esse movimento ganha volume e espaço social ao longo da década de 1990, quando tem início um verdadeiro “tsunami” de recuperação de empresas (para usar a expressão de Novaes¹²). Esses processos de autogestão iniciados em grandes unidades produtivas vêm possibilitando, entre outras coisas, a revitalização do debate sobre o trabalho associado, o cooperativismo e a autogestão.

Para o sindicalismo brasileiro, que recentemente havia se reconstituído e projetado no período da abertura política, o tema da recuperação de empresas se colocou como uma necessidade. As direções sindicais se viram diante de uma luta pela tomada da empresa e sua manutenção em funcionamento pelos próprios trabalhadores. Para estes, não havia realmente alternativa, a não ser o desemprego de longa duração e o horrendo drama humano que isso podia provocar.

Em 1994 foi fundada a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), a partir de um trabalho de assessoria iniciado em 1991 com a empresa de calçados Makerli, de Franca no estado de São Paulo, em conjunto com sindicatos locais. Logo a seguir, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também se viu obrigada a substituir a postura meramente reativa diante da redução de postos de emprego formal, internalizando a discussão sobre as formas alternativas de geração de trabalho. Em 1999 ela lançou sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Ao mesmo tempo, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista (a zona das cinco ou seis cidades próximas a São Paulo) cria a UNISOL (União e Solidariedade das Cooperativas), que logo se transforma em UNISOL Brasil, que hoje conta com cerca de 280 empreendimentos associativos filiados, das quais 29 são empresas recuperadas.

O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES/SENAES/MTE)¹³ indica a existência atualmente de 70 empreendimentos identificados como empresas recuperadas, envolvendo cerca de 10 mil trabalhadores/as, a maioria em cooperativas situadas nas regiões Sul e Sudeste, e formadas predominantemente por homens.

¹² Novaes, Henrique T. “De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina”, mimeo, s/d

¹³ Disponível na Internet.

As primeiras experiências de recuperação de empresas falidas pelas e pelos trabalhadores emergem no cenário complexo marcado pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista, instalada durante a década de 1970, cujos processos foram intensificados nos anos seguintes a partir dos efeitos desagregadores e excludentes das políticas neoliberais.

O elemento mais representativo deste período que sucede os chamados “30 anos gloriosos” é o desemprego, que a partir daí não se manifestará simplesmente de forma cíclica, uma vez que assume características de um fenômeno estrutural. É quando passam a ganhar impulso os processos de reestruturação produtiva capitalista, abrangendo em seu conjunto transformações intensas no mercado de trabalho, com profundos impactos nos processos produtivos, nas relações de trabalho, na configuração da classe trabalhadora e em suas organizações.

Nesse período, tudo indicava que os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhorassem. Na verdade eles não retornariam jamais. O modo de produção capitalista mais uma vez universalizou sua multiplicação de incertezas.

Entendemos que esse tipo de cooperativismo originário das fábricas recuperadas constitui um campo novo de lutas sociais nos espaços produtivos, uma prática e uma estratégia com certo grau de originalidade no percurso histórico das organizações de classe e das lutas sociais no Brasil. Até então, as relações mais avançadas de organização e resistência das e dos trabalhadores no interior das unidades produtivas eram as experiências de “comissões de fábrica”, marcadas por surtos de autonomia efêmeros, mas recorrentes ao longo de todo o século XX.¹⁴

No caso do Brasil, dos muitos casos ilustrativos, em razão da exigüidade deste espaço teremos que nos limitar apenas a três empresas recuperadas.

Uma delas é o caso da Cooperminas, em Criciúma no estado de Santa Catarina, antiga empresa de extração de carvão mineral, a CBCA, fundada em 1917 e assumida pelos trabalhadores em 1987. Um dos casos pioneiros de conquista da empresa, seu processo se deu de maneira semelhante à quase totalidade dos casos no Brasil. Com os salários atrasados vários meses, os trabalhadores lançam-se numa luta ativa para reaver

¹⁴ Pedreira Filho e Valdemar dos Santos, *Comissões de fábrica: um claro enigma*, São Paulo: Entrelinhas / Cooperativa Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1997.

os direitos trabalhistas. A empresa encerra as atividades. Os trabalhadores mobilizam-se em defesa dos empregos, inicialmente solicitando a estatização da mina. Diante da inviabilidade dessa alternativa, aceitam a reabertura da massa-falida tendo como síndico o próprio Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A empresa funcionou 10 anos dessa maneira, até que em 1997 realizam um acordo com os antigos proprietários e encaminham a criação da Cooperminas. Destacamos três aspectos dessa experiência: primeiro, os trabalhadores realizaram lutas intensas para manter a mina sob seu controle e impedir a venda em leilão do patrimônio para pagar os credores; segundo, com respeito às condições de trabalho na mina, é notório o avanço que os mineiros da CBCA realizaram nas condições de trabalho, com melhorias significativas na ventilação, na iluminação, na segurança e na aquisição de novos equipamentos que diminuem a poluição no subsolo; terceiro, com respeito ao mercado, a cooperativa possui, como as demais mineradoras da região, uma cota de carvão com aquisição garantida pelas usinas termoelétricas, o que permite certa estabilidade e possibilidade de projeção para o longo prazo.

Notório no Brasil é o caso da Usina Catende, que foi fundada em 1892 e chegou a ser a maior usina de açúcar da América Latina na década de 1950, assumida pelos trabalhadores em 1995. É seguramente o maior e mais complexo processo de recuperação de empresa falida em andamento no país, por tentar articular a produção no campo e na indústria, envolvendo, entre agricultores nos engenhos e industriários na usina, cerca de quatro mil famílias, 20 mil pessoas, de cinco municípios da zona da mata sul no estado de Pernambuco na produção de açúcar. O projeto de recuperação destaca-se por manter a terra e todas as instalações da usina como propriedade social dos participantes do projeto, articulando a agricultura familiar com a lavoura da cana em terras coletivas.

Em crise desde o final dos anos 1980, a Usina Catende chegou em situação pré-falimentar no início de 1993, quando foram demitidos 2.300 trabalhadores dos engenhos. As demissões deflagraram a luta dos trabalhadores, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas. Os sindicatos rurais, com o apoio da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CUT e CPT (Comissão Pastoral da Terra) ajudaram na sustentação da luta para a garantia dos direitos sociais dos camponeses. Em 1995, foi solicitada a falência da empresa, quando os trabalhadores assumiram o controle e deram início ao Projeto Catende. Em 2002 os

agricultores criaram uma cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, formada principalmente pelos credores da antiga empresa (credores em razão do passivo trabalhista), dando início ao assentamento nas terras da antiga usina. Em 2009, uma nova investida do judiciário estadual resultou na separação entre campo e usina, que teve a sindicatura retirada dos trabalhadores e entregue a grupos tradicionais do setor. Tal reversão se deve também à indefinição no governo federal sobre o destino que deveria ser dado ao Projeto Catende e o levou à paralisação do processo falimentar ou da desapropriação do parque fabril a favor dos seus trabalhadores e trabalhadoras.¹⁵

No setor industrial urbano, experiência significativa é a da Uniforja, cooperativa de segundo grau na região do ABC paulista, formada por Coopertratt (tratamento térmico), Coopercon (conexões e tubos), Cooperlafe (laminados) e Cooperfor (forjados). As quatro cooperativas são provenientes da antiga Conforja, em processo falimentar desde 1997 após ter sido uma das maiores forjarias da América Latina. Após uma tentativa inicial frustrada de cogestão, os trabalhadores receberam a ajuda do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na criação das cooperativas. Essa experiência foi fundamental na criação da UNISOL, ligada ao movimento sindical cutista, que hoje representa 29 empresas recuperadas.¹⁶

Já na Argentina, a intensificação dos casos de recuperação de empresas se deu um pouco mais tarde, com um grande surto a partir da crise de 2001. Assim como no Brasil, casos anteriores de luta no interior das empresas para a sua manutenção em funcionamento sob controle operário foram experimentados pelos trabalhadores argentinos, como a empresa metalúrgica IMPA, na grande Buenos Aires, recuperada pelos seus trabalhadores e trabalhadoras com a colocação em prática do direito ao trabalho.

Esse fenômeno recente de recuperação de fábricas se desenvolve em um ambiente comum de crise nos processos de acumulação do capital, com ofensiva neoliberal e precarização das condições de trabalho e de vida. E essas empresas enfrentam, nesse

¹⁵ - MELO NETO, José Francisco & SILVA LIMA, Lenivaldo Marques da. *Usina Catende: para além dos vapores do diabo*. João Pessoa/PB, Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

¹⁶ - FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

processo, todas as dificuldades e contradições advindas do seu desenvolvimento no interior da formação social capitalista.

O caso argentino tem se revelado com maior fôlego do que o brasileiro. Se por aqui parece que atingimos certa estabilidade na quantidade de fábricas recuperadas, na Argentina tudo indica que o momento continua em plena expansão. Dados recentes do governo argentino apontam para a existência de cerca de 340 empresas recuperadas, 169 só na grande Buenos Aires.¹⁷ Além de encontrarem uma legislação mais favorável à recuperação das empresas falidas pelos trabalhadores, especialmente a partir da Lei de Quebras modificada em 2002, os operários argentinos vivenciam um tortuoso processo de recuperação econômica após a catástrofe construída nas décadas anteriores pelo neoliberalismo, com desdobramentos sociais e políticos persistentes.

Os dilemas das empresas recuperadas podem ser vistos em diversas iniciativas, mas em especial na *FaSinPat Zanón*, uma fábrica de azulejos e porcelanato de Neuquén no oeste do país; cuja luta resultou recentemente no enquadramento da empresa na Lei de Expropriação.¹⁸ Zanón já foi considerada uma das fábricas de azulejo e porcelanato mais modernas da América Latina. Mas é aí que essa história ganha novos significados, principalmente no contexto que resultou na eclosão da rebelião social de dezembro de 2001. O estopim que deu origem ao movimento na Zanón foi a demissão de 600 operários e operárias em 2001. Eles queimaram a carta de demissão e saíram nas ruas, lançando a consigna: *“os trabalhadores podem produzir sem os patrões, mas os patrões não podem produzir sem os trabalhadores”*.¹⁹

No início, o lema defendido por estes operários e operárias era a “estatização sob controle operário”, lema nunca atendido pelo casal Kirchner. Sem o “caldo de indignação” na fábrica dificilmente a ocupação em Zanón poderia ganhar força. Pode-se dizer que, tal como o caso da fábrica de relógios LIP, na cidade de Besançon, França, o caso FaSinPat Zanón transcendeu o âmbito da desconhecida região de Neuquén para ganhar o mundo.

A FaSinPat Zanón aponta agora para a produção de valores de uso (onde o mundo não é uma mercadoria), vínculos comunitários (“Zanón es del pueblo”),

¹⁷ - “Programa Trabajo Autogestionado: antecedentes y experiencia para su consideración en el ámbito de Mercosul. (Resolución TEM y SS 203/04.)”, mimeo. 2010.

¹⁸ FaSinPat é corruptela construída para Fábrica Sem Patrão

¹⁹ Lema muito similar ao utilizado pelas pelos operários da fábrica de relógios LIP, ocupada na França em 1973 e documentada no filme de Christian Rouaud de 2007 chamado “Os LIP: A imaginação no poder”. Sobre o caso LIP, ver também: Piaget, Charles, *LIP*, Paris: Éditions Stock, 1973.

unificação das lutas dos trabalhadores e utilização do espaço fabril para estudo, seja dos próprios trabalhadores, seja de estudantes do ensino médio e fundamental, e instaura o rodízio nos cargos estratégicos da fábrica, a recuperação de outras fábricas na região, o classismo etc.²⁰

Já na Venezuela, onde o governo pretende gradativamente implantar o socialismo, a oposição oligárquica provocou a deflagração de uma greve de cerca de 60 dias (dezembro de 2002 a janeiro de 2003) da aristocracia trabalhista da empresa estatal do petróleo PDVSA. Ela não conseguiu derrubar o governo, mas criou um estrago ingente na economia do país. Um de seus efeitos foi forçar a quebra de numerosos negócios, inclusive fábricas de porte médio. Em algo em torno de 40 destas os trabalhadores tentaram tomar o comando para governá-las, assim garantindo sua sobrevivência. Já que com esta nova era que chamaremos de bolivariana, o país estava e está em fermento revolucionário, essas tomadas de fábrica tiveram não só a pragmática motivação do intento da sobrevivência dos trabalhadores, mas também a de uma consciência anti-capitalista e socialista da parte de muitos deles.

Uma das fábricas em causa é a Inveval.²¹ Ela é a sucessora da CNV ou Construtora Nacional de Válvulas e se localiza em Carrizal no estado de Miranda na grande Caracas. O proprietário, Andrés Sosa, presidente da PDVSA no século XX, resolveu fechá-la durante a greve da PDVSA em 2002-03. Em seguida pretendeu reabri-la com um número menor de trabalhadores a serem contratados com salários menores. Então 63 dos originais 120 trabalhadores da planta ocuparam a fábrica, ação essa sacramentada pelo Ministério do Trabalho. Mas Sosa não acatou a decisão do Ministério. Em fins de 2004 Sosa começou a retirar máquinas da fábrica. Finalmente em fevereiro do ano seguinte os trabalhadores retomaram a fábrica e em 27 de abril foi

²⁰ Sobre o fenómeno na Argentina, ver: *Sin Patrón: fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores: una historia, una guía.*, Buenos Aires: Lavaca, 2004; Rébon, Julian. *Desobedeciendo al desempleo: La experiencia de las empresas recuperadas*, Buenos Aires: Ediciones P.ICA.SO / La Rosa Blindada, 2004; Andrés Ruggeri (organizador). *Las empresas recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina*, Buenos Aires: Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2009.

²¹ Nossas fontes mais ou menos em ordem decrescente são: Azzellini, Dario, “Economía solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas, co- y autogestión en Venezuela”, *Org & Demo*, Marília, Brasil, vol. 10, no. 1 a 2, jan/dez, 2009; Pereira, Julia M., que gentilmente cedeu a José Brendan cópia eletrônica de seu escrito inédito, “Recovered factories”, aparentemente feito em 2009; “Venezuela’s Co-managed Inveval Surviving in a Sea of Capitalism”, Janicke, Kiraz, www.venezuelanalysis.com, 31 de julho de 2007, acessado em www.marxism.com/venezuela-inveval-sea-capitalism310707.htm em *In Defence of Marxism*; Macdonald, José Brendan, observações durante suas viagens na Venezuela em outubro de 2008 e fevereiro de 2011.

decretada a expropriação. Foi estabelecido um esquema que se tornava freqüente em casos de fábricas tomadas na Venezuela então e em princípio hoje também: 51% do capital seria do Estado venezuelano e 49% dos trabalhadores organizados como cooperativa. Esta seria administrada por uma diretoria de cinco: três trabalhadores da fábrica – um dos quais seria o presidente – e dois representantes do executivo bolivariano. As decisões mais importantes tinham que ser aprovadas pelas assembléias que ocorriam semanalmente. Os trabalhadores aceitaram o esquema um tanto a contragosto já que sua preferência era – e até hoje é - que a empresa fique em 100% propriedade sua.

A empresa está historicamente no ramo de produção de válvulas e seu maior cliente é a PDVSA e em grau menor a Hidrocapital, uma estatal de fornecimento de água. Mas em razão da má fé de influentes funcionários da estatal do petróleo, a Inveval mal consegue vender válvulas, pois a PDVSA pede válvulas do tipo que sabe que a Inveval não tem condições para produzir. Ela então tem sobrevivido através de consertos de válvulas e financiamento a fundo perdido pelo Estado. Em abril de 2007, após ouvir denúncias dos trabalhadores, o Presidente Chávez deu ordem ao chefe de Veneval, departamento da PDVSA responsável pelo fornecimento de válvulas, para investigar a situação na Inveval. Houve a promessa de resolver tudo, mas até os dias que correm a situação é a mesma. Em conversa com vários visitantes do Centro Internacional Miranda de Caracas e o observador estrangeiro Kiraz Janicke, os trabalhadores explicaram que há funcionários corruptos na PDVSA que preferem a compra de válvulas de empresas particulares onde ganhos pessoais ilícitos são conseguidos com certa facilidade.²² O nível de conscientização dos trabalhadores da Inveval é uma das mais elevadas do mundo. Em razão da força do muito bem relacionado oligarca Andrés Sosa e de socialistas “da boca para fora” do governo bolivariano, muitos trabalhadores passaram longos períodos sem receber renda alguma da Inveval no início da luta. Hoje em dia sua jornada é de sete horas e termina às quatro horas da tarde, hora a partir da qual 37 de seu total de cerca de 60 se aproveitam das missões educativas criadas pelo processo bolivariano. A Inveval está filiada à

²² Há vários anos se ouve falar por vários interlocutores sobre a corrupção dentro do governo bolivariano, interlocutores esses todos firmes apoiadores do chamado “processo” ou revolução que se está tentando fazer no país a partir dos governos Chávez. A corrupção é um câncer que será contornado cabalmente só numa futura sociedade mundial sem a presença de um dinheiro vivo. Eis nossa especulação fascinante e necessária que não podemos desenvolver aqui.

FRETECO, Frente Revolucionária de Empresas em Cogestão e Tomadas. Sempre uma metade dos trabalhadores participa do Conselho de Fábrica com mandatos revocáveis e representando todos os departamentos ou setores. O CF forma comissões sobre variados assuntos, função esta que antes cabia a só cinco pessoas. Os salários de todos são iguais e em 2008 era de 1.100 bolívares mensais.²³ Os cargos de todos são rotativos, o que coroa com o tempo a cada trabalhador e trabalhadora com uma história polivalente. A idéia do rodízio e da continuação da escolarização formal é a eventual eliminação da dicotomia trabalho intelectual/trabalho braçal. A participação da Inveval nos conselhos comunais também é boa.²⁴ Boa parte dos trabalhadores são mulheres.

4 DIFICULDADES E POTENCIALIDADES DAS FÁBRICAS RECUPERADAS

São inúmeros os desafios que se erguem para que os trabalhadores possam levar adiante a luta pela manutenção dos postos de trabalho através da recuperação das empresas falidas. O próprio processo de “tomada” dos meios de produção não é simples, pois geralmente os patrões só comunicam aos trabalhadores a intenção de fecharem a empresa após terem retirado os seus ativos mais preciosos dos locais de trabalho. Além disso, é preciso vencer a tendência à inércia do sindicalismo de se restringir às negociações para o cumprimento dos direitos trabalhista devidos, o que os inclina para a efetivação de saídas conservadoras para essas situações, e só raramente intentam a retomada da produção a partir da organização dos trabalhadores. A isso, a essa resistência sindical para o enfrentamento da questão da gestão das empresas, Jean Lojkiné chamou de “tabu” que ronda as práticas sindicais.²⁵ Dentre essas dificuldades que cercam as empresas recuperadas e dificultam o prosseguimento das relações sociais de produção coletivistas e igualitárias, baseadas na autogestão, identificamos quatro obstáculos, que são: (1) o mercado, (2) a tecnologia, (3) a cultura organizacional e (4) o Estado.

²³ Dado revelado por um dos trabalhadores a José Brendan Macdonald em outubro de 2008. Isso equivalia a cerca de 1.100 reais pelo câmbio oficial de 2008, o que em termos de reais num sentido realista seria talvez da metade disso ou pouco mais a julgar pelo câmbio paralelo da época. Mesmo assim, é bom lembrar que os muitos programas sociais aliviam isso, como é, por exemplo, as vantagens das missões educativas e a Missão Mercal que barateia a venda de alimentos para milhões de venezuelanos.

²⁴ O leitor pode procurar o verbete “consejo comunal” na Wikipedia em espanhol.

²⁵ Lojkiné, Jean. *O Tabu da Gestão: a cultura sindical entre contestação e proposição*, Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

Para as cooperativas de produção e a resistência ao desemprego, o relacionamento estabelecido com o mercado capitalista é um problema central, um nó crítico cujo desenlace é dos mais complexos, quando não impossível no interior dessa formação social. Convém considerarmos mais de perto esse problema da relação das alternativas de produção com o mercado capitalista, que não raro se apresenta de forma muito simplificada e despolitizada sob a exigência de “viabilidade econômica”.

Uma vez conquistada à reabertura da empresa – geralmente com dificuldades competitivas para seus produtos ou serviços e alto endividamento -, os trabalhadores são obrigados a realizar os ajustes para o aumento da produtividade. Neste caso, quando têm que lidar com a ausência de financiamento próprio, surge como possibilidade tangível o aumento da intensidade do trabalho ou a extensão da jornada de trabalho, quando não aceitam a própria redução da massa salarial. O recurso aos mecanismos da mais-valia absoluta seja qual for à forma jurídica que assume a propriedade dos meios de produção (associação, cooperativa, sociedade mercantil), tem sido uma das saídas utilizadas pelos trabalhadores das empresas recuperadas para efetivar a manutenção dos postos de trabalho e evitar a situação de desemprego.

Daí o problema da tecnologia. Quando o problema enfrentado por essas empresas não é o relativo esgotamento da base tecnológica herdada, quando comparada com as demais empresas do ramo, os trabalhadores se defrontam com as dificuldades inerentes às tecnologias desenvolvidas para operarem no interior de um quadro estrito de heterogestão, e que, portanto carrega consigo as marcas das relações sociais de produção do capital, de exploração e opressão. O desafio é ainda o de operar a reconversão da base técnica existente para possibilitar o relacionamento das relações sociais emancipatórias de produção, baseadas na cooperação e na autogestão.

Existe uma tensão naqueles casos de empresas recuperadas em que os trabalhadores, após a conquista dos meios de produção, não formalizam sua posse coletiva através de cooperativa, mas passam a exigir a estatização da empresa. No Brasil, na Argentina e na Venezuela a defesa da estatização articula-se com uma crítica às cooperativas em regime capitalista, retomando as análises desenvolvidas durante a Segunda Internacional e que apontavam para o caráter ineficaz do cooperativismo em regime capitalista, para a sua tendência a produzir “egoístas coletivos”, uma espécie de corporativismo cooperativo.

A vulnerabilidade jurídica dessas experiências, e a ausência de receptividade dos governos argentino e brasileiro e dos seus aparelhos de Estado para com a proposta de estatização de empresas falidas acabaram por deixar os trabalhadores desses empreendimentos vulneráveis às investidas judiciais, além das dificuldades já bastante evidentes para acesso ao crédito e ações de fomento. Neste caso, incorre-se no equívoco teórico e histórico de encontrar a emancipação dos trabalhadores na forma de propriedade dos meios de produção, quando significa apenas que passariam eles e elas a ser explorados pelo Estado, ao invés de patrões privados. Falta a lição, tão cara aos portugueses durante a Revolução dos Cravos de 1974, de que socialismo de Estado e capital privado não são as únicas opções.

Do mesmo modo, outra dificuldade encontrada pelas empresas recuperadas diz respeito à cultura organizacional herdada da fábrica quando sob o controle do capital. Toda a concepção estética, a arquitetura, os espaços físicos, etc. foram delineados para a reprodução de relações sociais de dominação e exploração. Quando sob o controle dos trabalhadores, a não alteração dessa espacialidade laboral contribui para fazer ressurgir relações sociais de desigualdade e fragmentação, como por exemplo, na separação existente na empresa Makerli em Franca, Brasil, que separava completamente o local da administração da parte produtiva. As novas relações sociais que surgiram no processo de luta devem remodelar a ocupação do espaço fabril, aproximando os trabalhadores para que possam dialogar o tanto quanto possível sobre os problemas enfrentados mesmo durante o processo de produção. Além disso, existe toda uma cultura secular de separação entre concepção e execução no processo de trabalho que deve ser enfrentado no processo de produção em base autogestionária.

Como se já não bastassem tantas dificuldades, as empresas recuperadas enfrentam ainda o estranhamento do Estado capitalista. O Estado, seu ordenamento jurídico e seus processos administrativos foram construídos para a veiculação das iniciativas de produção sob o signo do capital. O aparelho jurídico administrativo estatal impõe, desde o início, sérios entraves ao desenvolvimento de experiências de autogestão e propriedade coletiva dos meios de produção. Assim, o marco legal pouco se adéqua aos anseios de projetos autogestionários. O Estado burguês tarda em criar leis que permitam que os trabalhadores assumam o controle de fábricas que os capitalistas pretendem abandonar. Mesmo na Venezuela, onde há uma tentativa do governo de implantar o socialismo, a força da resistência não só da oposição formal, mas também de elementos

de dentro do governo revolucionário é muito grande e eficaz, como já vimos no exemplo de um caso específico.

Mas além dessas não poucas dificuldades, existentes em razão da contradição da presença de tentativas de um modo de produção e distribuição alternativo como ilhas num mar capitalista, é pertinente que consideremos algumas potencialidades deste modo de produção alternativo. Limitemo-nos a quatro: (1) melhorias das condições de trabalho, (2) eliminação do custo patrão, (3) aumento da auto-estima dos trabalhadores, (4) entrosamento com o entorno geográfico ou a comunidade local e o aumento do nível cultural dos trabalhadores. Há casos de notáveis melhoras nas condições de trabalho, como por exemplo, no caso da Cooperminas. Numa empresa capitalista de porte pequeno ou médio a felicidade ou não dos trabalhadores depende em larga medida da personalidade do capitalista. Mas, mesmo que ele procure manter relações de trabalho mais honestas com seus empregados, ele está sujeito aos humores do mercado ao ponderar, por exemplo, se pode manter certos empregados ou demiti-los. O caso das empresas de mega-porte, porém não admite espaços para preocupações realmente humanísticas, pois a concorrência empurra os patrões ao exercício de uma caça aos lucros e os empregados – que eles nem conhecem – são apenas custos operacionais. Quando os trabalhadores são os únicos gestores da empresa, existe a liberdade de tentar melhorar suas condições de trabalho, que só eles, os trabalhadores diretos, têm a percepção e sensibilidade necessárias para melhorar.

Quanto ao custo patrão, ele existe em toda empresa capitalista de grande porte. Os patrões com seus gordos pró-labores, e seus estilos de vida aristocráticos, e os altos funcionários de confiança que têm ganhos polpudos que lhes permitem um padrão de grandes príncipes de tempos idos, são sinais vivos de poder às custas dos trabalhadores que de longe criaram a maior parte da riqueza de tais privilegiados. Ademais, estes têm como remunerar consultorias que lhes ajudem a encontrar mecanismos que reduzam as despesas com impostos, o que acarreta sobre-lucros. Já uma empresa autogestionária, se tiver um alto grau de autenticidade, primará pela frugalidade necessária para manter seu lugar no mercado. Se há gastos desnecessários, cabe à organização democrática dos trabalhadores em assembléias e debates, com uma adequada circulação de informações, controlar seus gastos com inteligência e amadurecimento.

Outra potencialidade das empresas recuperadas é o aumento da auto-estima dos trabalhadores. Quem trabalha longas horas em ambiente de trabalho não raro

inadequado e até precário para sua saúde física ou até mental, sem perspectiva de sua própria promoção humana, não pode facilmente sentir-se autoconfiante. Já vimos o alto grau de auto-estima dos trabalhadores da Zanón. Do outro lado do mundo, na Tailândia, os trabalhadores da fábrica A Dignidade Volta vêm há tempo dizendo: “vamos mostrar aos capitalistas que uma solidariedade global entre trabalhadores é real” e ainda “se nós podemos melhorar nossa sorte, outros trabalhadores também podem.”²⁶

A questão do entrosamento com o entorno ou a comunidade local e do aumento do nível cultural dos trabalhadores é uma potencialidade de suma importância. Não é surpreendente que trabalhadores de fábrica mundo afora via de regra gozam de uma escolaridade limitada. A dura necessidade de ganhar a vida com ganhos bastante modestos é típico dessa categoria no capitalismo. Mesmo ganhando a muito dura luta da posse até legal da fábrica, os trabalhadores ainda têm que lutar pela melhora de suas condições de informação e acesso à cultura para o bem de sua empresa, seus consumidores e sua comunidade. Nesse aspecto vimos o caso positivo da empresa Inveval como também o da Zanón. Mas há muitos outros casos também espalhados na América Latina e até fora dela. Quanto às fábricas recuperadas na Venezuela, seus trabalhadores têm acesso aos conselhos comunais, onde toda uma comunidade debate e procura resolver os seus mais diversificados problemas e assuntos, inclusive aqueles ligados à produção e à cultura.

O mais importante desse fenômeno das fábricas recuperadas parece ser a possibilidade de os trabalhadores experimentarem unir a produção material dos seus meios de vida com a gestão dos processos de trabalho. A recuperação de uma fábrica ou uma unidade de produção qualquer permite aos trabalhadores terem acesso às informações das empresas, possibilitando que se apropriem dos mecanismos de gestão e, a partir deles, buscar o desenvolvimento de processos autogestionários, baseados na democracia direta. Quem sabe se, em breve, os trabalhadores não colocarão praticamente a questão posta por Stephen Maguin há tanto tempo: “para que servem os patrões?”²⁷

5 A AMÉRICA LATINA UM EXEMPLO PARA O MUNDO?

²⁶ Dados achados na mesma fonte da nossa Nota 3.

²⁷ Marglin, Stephen. “Origem e função do parcelamento das tarefas: para que servem os patrões?” In.: *Crítica da Divisão do Trabalho*. André Gorz [org.]. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Na França, em razão da mais grave crise do capitalismo até hoje vista e encetada em 2008 nos países centrais, em várias fábricas que sofriam perdas financeiras e daí recorriam a uma política de demissões, operários prenderam patrões e gerentes como meio de pressionar pela satisfação de reivindicações mínimas. Daí a imprensa criou o neologismo *bosnapping* em inglês. Como disse uma reportagem publicada exatamente um ano depois do auge dessa tática, “[o] método geralmente traz a intervenção dos poderes públicos e uma melhora dos planos sociais. Sondagens demonstraram em 2009 que a opinião pública compreendia, não raro aprovava, essas ações.”²⁸ Ou em termos mais concretos: “[d]e duas sondagens de opinião [na França] uma revela que 45% dos perguntados julga esse método “aceitável” e a outra que 63% da opinião pública acha ‘compreensível’ que se recorra ao seqüestro.”²⁹

É claro que a tomada e recuperação de fábricas não é a única forma de provocar mudanças profundas que comprometam os fundamentos do sistema mundial em vigor. Mas certamente é e por um bom tempo será uma faceta do movimento potencialmente revolucionário das massas que está ocorrendo em todos os continentes a partir de 2011.³⁰

Nestes albores do século XXI a América Latina é o único lugar onde as fábricas são tomadas permanentemente – recuperadas – com certo grau de êxito.³¹ É de se perguntar: isso continuará a ponto de contagiar outros cantos da Terra também? Já há sinais de que o controle goebbelsiano sobre os meios de comunicação social, a chamada mídia, é menos eficaz do que antes. Será que o sofrimento de milhões de pessoas nos

²⁸ “Nouvelle occupation d’usine en France avec menace de destruction”, Reuters, 02.04.2010, acessado na Internet aos 11.5.2011. Ver também o muito informativo artigo “Bosnapping” na Wikipedia English.

²⁹ Eduardo Febbro, “Ya es moda en Francia el secuestro gremial”, *Página 12*, 22/04/2009, acessado na Internet.

³⁰ Nos primeiros tempos da “primavera árabe” os organizadores do movimento popular que iria conseguir a remoção do ditador Mubarak (mas não da junta militar que ficou no lugar dele) se interessaram pela ocorrência de uma greve já em andamento numa fábrica da cidade de Suez e achavam importante avisar a respeito a mais duas fábricas. Isso poderia talvez redundar na eventual tomada das fábricas. Veja o vídeo “Egypt, seeds of change”, reportagem de Elizabeth Jones para *Al Jazeera* em março de 2011. Disponível na Internet.

³¹ Aqui cabe indicar a segunda exceção além daquela referida na nota 3. Em artigo titulado “La crisis económica resucita la toma de fábricas en España” Pere Rusiñol (www.kaosenlared.net, 17 de agosto de 2012) fala na toma de cerca de 40 fábricas por “dezenas” de trabalhadores na Espanha desde 2010. São fabriquetas ao que parece raramente passando de meia dúzia de trabalhadores. Não é inconcebível que esse fenômeno chegue a ocorrer em escala até maior em outros países do capitalismo avançado também.

países de capitalismo avançado, como reflexo do desemprego e da incapacidade das elites de criar uma solução para a crise, pesará mais do que o medo à repressão? Será que a crise encetada no setor imobiliário dos Estados Unidos em 2008, crise já anunciada com bastante antecedência por economistas independentes, verdadeiras Cassandras a quem o poder dos bilionários nunca quis prestar ouvidos, e que já assola os países avançados do capitalismo e outras economias nacionais excessivamente ligadas ao setor financeiro dos países centrais – será que essa crise provocará a multiplicação de casos de fábricas (e outras empresas) recuperadas? Supondo que isso ocorra, será mais viável a maior probabilidade de êxito só se se cativar o grande apoio moral da maioria da população e se houver uma ingente pressão para modificar a legislação.

A necessidade é a mãe da invenção.

REFERÊNCIAS

AZZELLINI, Dario. “Economía solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas, co- y autogestión en Venezuela”, Org & Demo, Marília, Brasil, vol. 10, no. 1 a 2, jan/dez, 2009.

CARTA DE KATHRIN JURKAT PARA JOSÉ BRENDAN MACDONALD. 3 DE JULHO DE 2011; IVAN ZLATIĆ, “Briefing Zrenjanin”, mimeo, Belgrado, 24 November 2008.

FARIA, Maurício Sardá de. Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

FEBBRO, Eduardo. “Ya es moda en Francia el secuestro gremial”, Página 12, 22/04/2009, acessado na Internet.

INSPIRED BY REVOLUTION, EGYPTIANS OCCUPY FACTORY”. THE REAL NEWS, 1 DE MAIO DE 2011; “Growing Wave of Strikes in Egypt, World Socialist Web Site, www.wsws.org, 5 de maio de 2011.

LOJKINE, Jean. O Tabu da Gestão: a cultura sindical entre contestação e proposição, Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARGLIN, Stephen. “Origem e função do parcelamento das tarefas: para que servem os patrões?” In: Crítica da Divisão do Trabalho. André Gorz [org.]. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MELO NETO, José Francisco; SILVA LIMA, Lenivaldo Marques da. Usina Catende: para além dos vapores do diabo. João Pessoa/PB, Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

NOUVELLE occupation d'usine en France avec menace de destruction”, Reuters, 02.04.2010, acessado na Internet aos 11.5.2011.

NOVAES, Henrique T. ‘De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina’, mimeo, s/d

OS LIP: A imaginação no poder. Sobre o caso LIP, ver também: Piaget, Charles, LIP, Paris: Éditions Stock, 1973.

PEDREIRA FILHO; Valdemar dos Santos. Comissões de fábrica: um claro enigma, São Paulo: Entrelinhas / Cooperativa Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1997.

PROGRAMA Trabajo Autogestionado: antecedentes y experiencia para su consideración en el ámbito de Mercosul. (Resolución TEM y SS 203/04.), mimeo. 2010.

RÉBON, Julian. Desobedeciendo al desempleo: La experiencia de las empresas recuperadas, Buenos Aires: Ediciones P.ICA.SO / La Rosa Blindada, 2004; Andrés Ruggeri (organizador). Las empresas recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina, Buenos Aires: Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2009.

SHANTZ, Jeffrey. “Factory occupations in Ontario, Canada: Rebuilding infrastructures of resistance”, p.135, Working USA, vol. 13, no. 1, March 2010.

WILLIAMS, Daniel. “Egypt’s Mubarak Confronted by Strikes and Factory Occupations”, Bloomberg, 23 de maio de 2007.

WATERFORD CRYSTAL. ‘We’re occupying this plant to save our jobs’, www.indymedia.org.uk/en/2009/2, acessado aos 4.4.2010.

_____. Wikipedia English, acessado aos 6.7.2011.

VISTEON FACTORY OCCUPATIONS. Disponível em: <http://ianbone.wordpress.com>, 2 de abril de 2009; Gall, Gregor, “Resisting Recession and Redundancy: Contemporary Worker Occupations in Britain”, Working USA – The Journal of Labor and Society, March 2010, vol. 3, no. 1, p. 113-114.